

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 478 - Brasília, segunda-feira, 9 de junho de 1997

Balanço mostra que Senado votou 82 matérias em maio

Novas regras para edição de medidas provisórias, reeleição para ocupantes de cargos no Executivo e proibição de nomeações de parentes estão entre as propostas aprovadas



O plenário do Senado aprovou em maio propostas de grande repercussão na vida política nacional

O Senado votou em maio 82 matérias, entre elas a emenda que institui novas regras para edição de medidas provisórias e a que permite reeleição de presidente, governadores e prefeitos. Um dos projetos de lei aprovados veda aos ocupantes de cargos públicos a nomeação de parentes. Das propostas apreciadas, 65 foram aprovadas e 17 rejeitadas. Além do plenário, as comissões apresentaram um saldo expressivo de realizações: aprovaram 23 projetos em caráter terminativo, os quais foram enviados à Câmara. Promoveram, também, debates sobre propostas polêmicas, como a reforma da Previdência e a regulamentação da quebra do monopólio estatal do petróleo. **Página 3**

Comissão de Justiça conhece amanhã relatório sobre reforma da Previdência

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), reúne-se extraordinariamente amanhã, às 10h, para ouvir o relatório do senador Beni Veras (PSDB-CE) sobre a proposta de emenda constitucional que trata da Previdência Social. Às 16h, a Comissão Temporária de Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste, presidida pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), ouve a exposição do ministro das Relações Ex-



Beni Veras

teriores, Luiz Felipe Lampreia. **PRECATÓRIOS**
A CPI dos Precatórios tem previsto para amanhã, às 17h, o depoimento do prefeito de

São Paulo, Celso Pitta. Na quarta-feira (dia 11), será a vez do ex-prefeito paulistano Paulo Maluf e, na quinta-feira (dia 12), do ex-prefeito de Osasco, Celso Giglio.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apreciará amanhã, às 10h, entre outras matérias, projeto que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais e o que autoriza a realização de empréstimos em moeda estrangeira, ambos de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT).

NESTA EDIÇÃO

Bernardo Cabral quer moralizar emissão de títulos

Página 5

Tebet e Alves debatem solução para o campo

Ramez Tebet defende projeto que autoriza o Inbra a aceitar doações de terras. José Alves lamenta que a Codevasf tenha inaugurado projeto de irrigação baseado em modelo ultrapassado. **Página 7**

Bezerra sugere novo fundo para estradas

Idéia encampada pelo senador é de consultor da Cepal e taxaria combustíveis para recuperar malha rodoviária, com controle conjunto da sociedade e do governo

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) sugeriu que o Senado viabilize a criação de um fundo para recuperação, conservação e ampliação da malha rodoviária do Brasil.

A sugestão, conforme disse, foi publicada em artigo no jornal *Folha de S. Paulo* pelo consultor do Programa de Reforma Institucional e Financeira de Conservação Viária da Cepal

(Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), Rogério Walbach Tizzot.

De acordo com o senador, o fundo deve ser financiado por tarifa ou taxa cobrada sobre o preço dos combustíveis e gerido por cidadãos, produtores agrícolas, governo e empresas de transporte de carga e de passageiros.

A cobrança dessa taxa, segundo Tizzot, deve ser feita na pri-

meira venda do produto, evitando a evasão e reduzindo o custo administrativo de arrecadação.

Carlos Bezerra informou que o ministro dos Transportes, Alcides José Saldanha, disse ao jornal *Correio Braziliense* que os investimentos em conservação de estradas no país caíram de 2,7 bilhões de dólares para 595 milhões de dólares, nos últimos 20 anos.



Carlos Bezerra

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (10.06.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: No tempo destinado à **Hora do Expediente** será prestada homenagem ao quarto centenário do beato José de Anchieta. **Orador inscrito:** senador José Ignácio Ferreira. Apreciação de diversas matérias, destacando-se: **"Projeto de Resolução nº 115/95**, que dispõe sobre a alienação de bens que integram o patrimônio do Senado Federal; **"Projeto de Resolução nº 69/97**, que eleva para US\$ 10 bilhões o valor a que se referem os arts. 1º e 2º, "a", da Resolução nº 57/95, do Senado Federal; **"Projeto de Resolução nº 70/97**, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a US\$ 12,6 milhões junto a um consórcio bancário liderado pelo Banque Paribas.

Quarta-feira (11.06.97)

15h - Comparecimento de ministro de Estado

Pauta: Comparecimento do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para prestar esclarecimentos a respeito das negociações entre o Banco Bamerindus S.A. e o Hong-Kong and Shanghai Banking Corporation.

Interpelantes inscritos: senadores Eduardo Suplicy, Lauro Campos, Bernardo Cabral e Ademir Andrade.

Quinta-feira (12.06.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: No tempo destinado à **Hora do Expediente** será prestada homenagem aos 175 anos da Maçonaria no Brasil. **Oradores inscritos:** senadores Esperidião Amin e Valmir Campelo. Apreciação de diversas matérias, destacando-se: **"Projeto de Decreto Legislativo nº 13/97**, que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, em Matéria de Sanidade Agropecuária, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República do Chile, em Brasília, em 25.03.96; **"Projeto de Decreto Legislativo nº 21/97**, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Brasil e a Nova Zelândia, em Brasília, em 18.06.96; e **"Projeto de Decreto Legislativo nº 25/97**, que aprova o texto da Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Desertificação e/ou Seca, assinada pelo governo brasileiro, em Paris, em 15.10.94.

Sexta-feira (13.06.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (10.06.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (extraordinária)

Pauta: Apresentação do relatório sobre a PEC nº 33, que modifica o sistema de Previdência Social e estabelece normas de transição. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: **"PLS nº 212/95 (terminativo)**, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal às pes-

soas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; **"PLS nº 46/96 - Complementar (não terminativo)**, que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; **"PLS nº 30/96 (terminativo)**, que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais; **"PLS nº 122/96 (terminativo)**, que dispõe sobre a compensação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural pago em excesso, com impostos federais; **"PLS nº 153/96 (terminativo)**, que acrescenta incisos ao art. 19 da Lei nº 8.629/93, que incluem ex-proprietários de áreas alienadas para fins de pagamentos de débitos originados de operações de crédito rural na ordem preferencial de distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária; **"PLS nº 195/96 (terminativo)**, que dispõe sobre alterações de alíquotas do imposto de importação; e **"Ofício S nº 40/97 (não terminativo)**, que encaminha solicitação do governo do estado do Espírito Santo, sobre o refinanciamento da Dívida Mobiliária do estado, as operações da ARO e os empréstimos contraídos junto à Caixa Econômica Federal, inclusive os concedidos com amparo nos Votos CMN nºs 162 e 175/95, 122/96, 1 e 9/97 e suas alterações, na conformidade do Protocolo de Acordo firmado com o governo federal, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

16h - Comissão Temporária de Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste

Pauta: Exposição do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento do prefeito de São Paulo, Celso Pitta. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

Quarta-feira (11.06.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: **"PEC nº 47/95**, que institui a Justiça Agrária; **"PEC nº 12/91**, que cria o Conselho Nacional de Justiça; **"PEC nº 46/95**, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; **"PEC nº 6/96**, que torna o voto facultativo; **"PEC nº 52/95**, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; **"PEC nº 35/95**, que estabelece adaptações na organização do Ministério Público, corrigindo tendências concentradoras que se revelarem incompatíveis e institucionalmente prejudiciais, em termos de eficiência operativa; **"PEC nº 58/95**, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; **"PEC nº 12/96**, que cria Tribunais Regionais Federais; **"PLC nº 06/97**, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo e institui o Conselho Nacional do Petróleo; e **"Mensagem nº 103/97**, que submete ao Senado Federal o nome de Geraldo Brindeiro para ser reconduzido ao cargo de procurador-geral da República. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento do ex-prefeito de São Paulo, Paulo Maluf. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

Quinta-feira (12.06.97)

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento do ex-prefeito de Osasco - SP, Celso Giglio. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

Senado votou 82 matérias em maio

Aprovação da emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias e a votação, em primeiro turno, da proposta de reeleição para os cargos executivos foram os destaques

Os senadores votaram em maio 82 matérias, entre elas a emenda constitucional que limita a edição de medidas provisórias pelo presidente da República, a qual agora está sendo analisada pelos deputados federais. Também votaram, em primeiro turno, a emenda da reeleição. Das 82 matérias, 65 foram aprovadas e outras 17, rejeitadas.

As comissões discutiram dezenas de projetos, incluindo a regulamentação da quebra do monopólio do petróleo. As sete comissões permanentes ouviram vários especialistas, principalmente sobre previdência. A CPI dos Precatórios, que teve seus trabalhos prorrogados, ouviu também dezenas de depoimentos, e o relator, Roberto Requião (PMDB-PR), apresentou seu relatório parcial.

Destaca-se entre os projetos aprovados pelo plenário e pelas comissões (estes, de forma terminativa) um do senador Roberto Freire (PPS-PE) que busca acabar de vez com a prática do nepotismo, proibindo a nomeação de parentes de até terceiro grau para cargo de confiança. Outra proposta aprovada considera como crime discriminar pessoas por sua etnia ou procedência nacional.

Conforme balanço divul-



Entre projetos discutidos pelas comissões, está o que regulamenta a quebra do monopólio do petróleo

gado pelo secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro Silva, das 82 matérias votadas, 23 são projetos aprovados de forma terminativa pelas comissões, sendo enviados diretamente à Câmara. Um destes projetos, do senador João França (PMDB-RR), cria mais

uma dificuldade para que falsários registrem carros roubados - o vendedor do veículo terá de assinar no cartório, na frente do escrivão, o Documento Único de Transferência (DUT).

O fim do drama da troca de crianças em berçários, e até mesmo o roubo de

crianças, é o objetivo de outro projeto aprovado pela CCJ, de forma terminativa, e já enviado à apreciação dos deputados em maio. É um projeto da senadora Marina Silva (PT-AC), que obriga as maternidades a colocarem em um mesmo papel de registro as impressões digitais da mãe e do recém-nascido.

Já o balanço da atual sessão legislativa, de 17 de fevereiro a 31 de maio, registra a votação de 137 matérias, em plenário e nas comissões (de forma terminativa) - 118 aprovadas e 19 rejeitadas.

PROPOSTAS APRECIADAS

Matérias aprovadas	65
Matérias rejeitadas	17
Aprovadas em comissões (terminativas)	23
Projetos enviados à promulgação	23
Projetos enviados à Câmara	31
Total de matérias apreciadas	82

Dono de distribuidora pode ser punido por botijão defeituoso

A distribuidora de gás que vender botijão defeituoso, colocando em risco a vida de funcionários ou consumidores, poderá ser punida com multas e seus donos ou diretores estarão passíveis de pena pelo pra-

zo de três meses a um ano de cadeia. É o que prevê projeto aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), de forma terminativa, encaminhado na semana passada à aprecia-

ção da Câmara dos Deputados.

O projeto original foi apresentado pelo senador Júlio Campos (PFL-MT), mas recebeu modificações em um substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS). Con-

forme Júlio Campos, é obrigação das empresas de distribuição de gás manter em bom estado os botijões. A punição, a seu ver, levará as companhias a cuidar melhor dos botijões, evitando acidentes.

Ronaldo sugere que STF decida sobre a desincompatibilização

Segundo o senador, existem posições divergentes quanto à validade de lei complementar, depois de promulgada a emenda da reeleição

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) sugeriu ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que proponha ao Supremo Tribunal Federal uma ação declaratória de constitucionalidade para aferir se a lei das inelegibilidades é constitucional ou não, e exigir a desincompatibilização dos ocupantes de cargo executivo para disputarem a reeleição.

Segundo o senador, a Lei Complementar nº 64/90 pre-



Ronaldo Cunha Lima

vê a desincompatibilização, mas há posições divergentes, apoiadas por juristas de renome, quanto a sua validade, depois de promulgada a emenda da reeleição. "Na

minha opinião, as disposições previstas na lei são perfeitamente recepcionáveis pela emenda da reeleição", disse.

- Conhecida a decisão do STF, a ação terá efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, qualquer que seja o resultado. Daí não restarão dúvidas quanto às candidaturas que possam ser postas às eleições do próximo ano - afirmou Ronaldo Cunha Lima.



Romeu Tuma

Tuma propõe cadeia para pichadores

Projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que inclui no Código Penal a pichação de muros e paredes de propriedade particular como crime passível de ser punido com até seis meses de cadeia foi enviado à apreciação da Câmara dos Deputados, após ter sido aprovado, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

Romeu Tuma entende que "a liberdade pública e todas as liberdades não podem ser exercidas sem limites, pois esbarram nas outras garantias constitucionais, principalmente na que garante o direito à propriedade". A seu ver, "a sociedade está perplexa, estarecida ante o fenômeno da pichação, que vem se agravando", trazendo prejuízos para donos de imóveis e prefeituras.

O senador citou decisões de juízes paulistas, os quais ressaltam que "a pichação de muros e paredes não altera a substância da coisa, nem prejudica sua utilidade e, por isso, em princípio, não constitui nenhum crime patrimonial". Por essa razão, os juízes, hoje, só podem punir o pichador se ele estragar a parede. A lei já prevê cadeia de dois anos quando a pichação ocorre em monumentos públicos.

Campos apresenta emenda que extingue segundo turno nas eleições de governadores e prefeitos

O senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou sexta-feira proposta de emenda constitucional que extingue o segundo turno nas eleições para governador e prefeito. De acordo com o senador, "o segundo turno tem contribuído para inflacionar os custos das campanhas eleitorais, aumentando a influência do poder econômico no resultado das eleições".

Júlio Campos considera, em sua justificativa da PEC, que o segundo turno é "ineficaz para o aperfeiçoamento do sistema eleitoral brasileiro", pois estimula a formação de acordos políticos e favorece o enfraquecimen-



Júlio Campos

to partidário. Para o senador, a situação vai agravar-se agora:

- Com a adoção do instituto da reeleição, os inconvenientes do segundo turno ampliam-se, pois o resultado do primeiro turno permitirá aos candidatos que forem à disputa do segundo ter em mãos o mapa da votação, permitindo aos que tenham maior poder econômico, ou que te-

nham, a seu favor, a máquina administrativa, exercer, com maior eficácia, sua ação junto às forças políticas regionalmente localizadas, assediando-as com promessas de vantagens ou ameaçando-as com retaliações - acentuou.

O senador disse que a comissão temporária presidida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB) destinada a estudar a reforma político-partidária já aprovou, por larga maioria, a exclusão do segundo turno do texto constitucional. A seu ver, essa iniciativa "reflete a vontade da maioria do eleitorado brasileiro".

Cabral quer votar logo projeto que moraliza emissão de títulos

Presidente da CPI dos Precatórios protesta contra o que considera retardamento na tramitação da proposta, motivado por emenda



Eduardo Suplicy

Suplicy dá sua versão sobre a fala de Simon

Ao comentar os pronunciamentos dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Pedro Simon (PMDB-RS) sobre entrevista concedida por esse último ao programa *Jô Soares onze e meia*, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que "o sentimento maior" de Simon, na entrevista, foi o de alertar sobre a importância de o presidente da República ouvir outras vozes além das que "sempre têm chegado aos seus ouvidos, como as de Antonio Carlos Magalhães, Luís Eduardo, Marco Maciel, Hugo Napoleão e Inocêncio Oliveira".

Para Suplicy, Fernando Henrique deve ouvir com atenção Pedro Simon e estar atento aos que lhe fazem oposição. Ele leu trecho da coluna de Luiz Fernando Veríssimo publicada no *Jornal do Brasil* de sexta-feira, onde o articulista afirma que o presidente FHC não ouviu sua mãe, que, "como toda mãe, alerta os filhos para o perigo das más companhias".

O senador entende que, na última quinta-feira, o Senado seguiu a máxima "Carpe Diem", que significa "viva o seu dia com intensidade", tendo Antonio Carlos e Simon colocado "o que estava em suas almas".

Suplicy lembrou que, em aparte ao presidente do Senado, naquela sessão, ressaltara que Simon havia, em boa parte, interpretado corretamente declarações feitas por Antonio Carlos, em 1995, nas quais garantia "que gostava do poder, que junto com o PFL sentia-se no poder e que buscava a unidade do seu partido para exercer influência sobre o presidente".

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu sexta-feira rapidez na tramitação do projeto de sua autoria que dispõe sobre operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Ele disse que a proposição cooperará para a moralização da emissão de títulos públicos.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão da última quinta-feira, mas, em virtude de o plenário ter acolhido emenda apresentada pelo relator, Esperidião Amin (PPB-SC), o projeto voltará à comissão competente para ser apreciado em conjunto com outro, de iniciativa do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

- Essa emenda vai retardar a tramitação. Protesto, como



Bernardo Cabral

senador e na qualidade de presidente da CPI dos Precatórios. Se necessário, farei uma denúncia à nação para acabar com esse festival de vaidades que só tem atrapalhado os trabalhos do Legislativo - disse Bernardo Cabral.

Pelo projeto, "os títulos de emissão dos tesouros dos estados, do Distrito Federal e dos municípios serão lançados, ofertados publicamente ou te-

rão iniciada sua colocação no mercado exclusivamente por meio de leilões públicos".

Os editais dessas operações serão acessíveis a todas as instituições autorizadas a atuar nos mercados financeiro e de capitais e conterão informações sobre as condições específicas de cada emissão. O projeto define, ainda, que o processo de seleção de propostas será baseado no critério de melhor preço para os respectivos tesouros. Ao Senado caberá a responsabilidade de fiscalizar os empréstimos.

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS), no exercício da presidência, esclareceu que a Casa adotará as providências regimentais para tornar mais rápido o andamento do projeto.

Bello Parga destaca importância da atuação das empresas de factoring

O senador Bello Parga (PFL-MA) defendeu sexta-feira as empresas brasileiras de factoring e criticou "a maneira errônea e distorcida como segmentos da sociedade encaram esse trabalho". Segundo garantiu, essa é uma atividade mercantil importante para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, cujas ações não podem e não devem ser confundidas com as operações financeiras.

Ele aproveitou a oportunidade para dar conhecimento aos senadores da carta enviada pela Associação Nacional de Factoring ao senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da CPI dos Precatórios, com a defesa do setor e o repúdio das declarações prestadas à

comissão de inquérito pelo sr. Manoel Moreira Neto.

Assinada pelo presidente da Federação Brasileira de Factoring, Luiz Lemos Leite, a correspondência entregue à CPI "em nome das 700 sociedades de fomento mercantil afiliadas" reprova, segundo Bello Parga, os conceitos "distorcidos, inadequados e mentirosos" emitidos pelo dono da Sabra Factoring, Manoel Moreira Neto. Também esclarece que essa empresa nunca fez parte da entidade, tendo usado "indevida e ilegalmente o nome de factoring".

JOIO E TRIGO

Por outro lado, na correspondência, as entidades dão conta a Cabral da importância da aprovação do Projeto de Lei 230/95, de autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS) e já



Bello Parga

aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, por meio do qual será possível "separar o joio do trigo, preservando e protegendo os empresários sérios que praticam efetivamente o factoring".

O projeto, segundo Bello Parga, aguarda pronunciamento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde será relatado pelo senador Esperidião Amin, do PPB catarinense.

Jucá define prazo para informações

Órgãos públicos terão de fornecê-las, sempre que solicitados, em 30 dias, agilizando o acesso à sociedade e tornando transparente a administração, segundo o senador

O senador Romero Jucá (PFL-RR) apresentou projeto de lei fixando prazo para as instituições públicas prestarem informações à sociedade. Pela proposta, os pedidos de informações encaminhados pelos cidadãos aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, da administração direta, indireta, fundações e entidades paraestatais deverão ser atendidos no prazo de 30 dias.

Ao justificar a matéria, Romero Jucá argumentou que, "no momento em que se aprova a possibilidade da reeleição para todos os níveis do Poder Executivo, é de fundamental



Romero Jucá

importância que as informações da administração pública se tornem cristalinas e disponíveis a toda a sociedade, como forma, inclusive, de controle

de abusos e utilização da máquina administrativa no processo eleitoral".

A proposta de Jucá prevê que a autoridade administrativa que não prestar as informações dentro do prazo previsto, além de incorrer em crime de responsabilidade, ficará sujeita à pena de perda da função pública. Estabelece ainda que "a recusa do recibo do pedido de informação e a prestação de informação incorreta constituirão abuso de poder".

Na justificação do projeto, o senador disse que o direito do cidadão de obter informações junto à administração

pública não vem sendo respeitado, o que, a seu ver, dificulta a transparência inerente aos atos praticados pelo poder público.

"O projeto servirá para inibir o uso da máquina pública e o abuso do poder econômico. Apelo à Mesa e aos líderes partidários para que contribuam para rápida tramitação, o que será importantíssimo para clarificar o processo eleitoral", ponderou.

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS), no exercício da presidência, esclareceu que Jucá será atendido na forma regimental.

Ademir condena portarias de Malan e de Bresser

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) protestou sexta-feira contra os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e da Administração, Bresser Pereira, por terem assinado portarias adiando o pagamento de 28,86% aos servidores públicos que ganharam esse reajuste na Justiça. As duas portarias impedem os órgãos públicos federais de pagarem vantagens cujos recursos não estejam previstos no seu orçamento anual.

Ademir disse que grande parte dos órgãos públicos está falida e dependendo de recursos da União. Daí ser impossível que disponham de recursos, menos ainda de previsão orçamentária, para arcar com esse pagamento. "Lamentavelmente, essa é mais uma prova de que o governo não quer e nem tem coragem de enfrentar a situa-

ção do funcionalismo, arranjando artifícios para não cumprir seus compromissos".

Ele afirmou que o governo não pode ficar esperando



Ademir Andrade

os servidores ingressarem na Justiça para garantir o direito a reajuste, e indagou: "Por que o governo não apresenta um projeto de lei, em vez de inventar portarias, para não pagar o que a Justiça determina?" Na

opinião do senador, o governo devia trazer o problema para o Legislativo, a fim de, juntos, os dois Poderes resolverem inclusive as diferenças salariais gritantes entre os servidores.

Ademir considerou cruel o governo ficar esperando que os funcionários contratem advogados com alto custo para pleitear na Justiça o legítimo direito ao reajuste salarial.

Lobão retira projeto da universidade federal paga

O senador Edison Lobão (PFL-MA) encaminhou à Mesa requerimento para retirar de tramitação projeto de sua autoria determinando que alunos com poder aquisitivo nas universidades federais custeiem seus estudos e assim contribuam com o aumento de recursos destinados àquelas faculdades mantidas pelo Estado.

Lobão afirmou que tomou essa atitude em razão de os estudantes de seu estado não terem apoiado a proposição.

"O ensino universitário necessita de investimentos muito elevados. É certo que o governo deve continuar aplicando substanciais recursos no ensino superior, ao mesmo tempo que nas atividades correlatas de pesquisa e extensão. A questão básica é que os gastos proporcionalmente muito elevados com as universidades federais não têm assegurado o ní-

vel de ensino desejável, ao mesmo tempo em que retiram recursos importantíssimos para garantir a oferta do ensino fundamental", disse o senador.



Edison Lobão

Segundo Lobão, "os governos federal e estaduais, juntos, gastam mais com o ensino de 600 mil universitários do que o país gasta com 30 milhões de alunos da escola pública básica. Para ele, a melhoria da qualidade de ensino, obtida com o aumento de recursos,

deveria ser a meta "a ser perseguida para que nossas universidades públicas continuem a atingir os níveis de excelência comparáveis aos dos países mais desenvolvidos".

Em aparte, os senadores Romero Jucá (PFL-RR), Bello Parga (PFL-MA), Emília Fernandes (PTB-RS) e Carlos Patrocínio (PFL-TO) congratularam o senador pela defesa que fez de uma ampla discussão envolvendo o tema do ensino superior.

Tebet desconfia da "unanimidade" sobre uso da terra

Argumenta o senador que todos concordam quanto à necessidade de reforma agrária, mas há muitas divergências sobre a maneira de executá-la. Projeto de sua autoria tramita na CCJ

Um alerta sobre a aparente "unanimidade nacional" em torno da reforma agrária foi feito sexta-feira pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), ao dizer que, embora todos concordem com a necessidade de uma profunda mudança na estrutura rural do país, o mesmo não acontece quando se trata de definir a maneira de realizar isso.

Com a ressalva de que não pretendia oferecer uma "tábua de salvação" para o problema da terra, Tebet defendeu projeto de sua autoria que autoriza o Incra a aceitar doações de terras adequadas às atividades agrárias, em proporção equivalente a 10% do total de imóvel rural regularmente cadastrado.

Segundo explicou, o proprietário que assim o fizer ficará

isento do pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) devido sobre a área remanescente, por cinco anos. "O objetivo da minha proposta é estabelecer um contrato de interesse entre os proprietários rurais e os que não têm terra", esclareceu o senador.

Ramez Tebet esclareceu que o projeto já tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e fez um apelo aos senadores para que o apoiem. Ele ressaltou seu interesse pelas questões agrárias e informou ter acompanhado praticamente todas as matérias sobre o assunto apresentadas no Senado.

Essa condição, segundo disse, o credencia a desmistificar alguns fatos em torno da reforma agrária. Neste sentido, ele afirmou que, apesar de o Incra



Ramez Tebet

ter informado, em relatório de 1992, existirem cerca de 184 milhões de hectares disponíveis para a reforma agrária, a realidade é outra.

"Cem milhões de hectares ficam na Amazônia; 34 milhões são pequenas e médias propriedades das quais depen-

dem seus proprietários para sua sobrevivência e da sua família; e 20 milhões ficam em terras improdutivas do Nordeste. Dessa maneira, só restam cerca de 25 milhões de hectares para fins de reforma agrária", garantiu.

Tebet também comentou recente relatório do Banco do Brasil, cujos dados confirmam, a seu ver, a vocação agrícola do Centro-Oeste. Em 1996, conforme o senador, a agroindústria da região recebeu R\$ 670 milhões em financiamentos, enquanto o setor industrial ficou com R\$ 130 milhões e o turismo, apenas R\$ 9 milhões.

Tebet criticou a política de juros altos adotada pelo governo, que "só tem contribuído para desestimular as atividades produtivas no país".

José Alves acusa Krause de ceder ao MST em Sergipe

O senador José Alves (PFL-SE) informou que o ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Gustavo Krause, inaugurou sexta-feira, em Propriá (SE), uma área de irrigação a ser operada por colonos. Na opinião do senador, "é lamentável que a obra se baseie em modelo utilizado, nos últimos 30 anos, pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), que resultou em fracasso nessa região e em todo o Nordeste".

Para José Alves, esse modelo implica resultados bastante inferiores aos recursos aplicados porque privilegia o assentamento de colonos,



José Alves

"em geral sem habilidades específicas e vocação agrícola comprovada". Conforme o senador, os investimentos feitos segundo o modelo da Codevasf não têm impacto positivo sobre o nível de emprego, riqueza, renda e impostos, compa-

rativamente a alternativas viáveis, como o modelo de Juazeiro e Petrolina, que "hoje exportam frutos tropicais, com resultados positivos para as economias da Bahia e Pernambuco".

O senador defendeu um modelo de exploração mista em área irrigada, com a instalação de colonos e de projetos geridos pela iniciativa privada, destinados à fruticultura de exportação. "A interação desse sistema integrado assegura a auto-sustentação, o repasse de *know-how* aos colonos, oferta de emprego e geração de impostos e renda para o estado e divisas para o país", disse.

Exemplo desse modelo seria o do projeto de irrigação Jaca-

rê-Curitiba, salientou. Lamentavelmente, a seu ver, cedendo a pressões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que invadiu uma área do projeto, os ministros Raul Jungmann e Gustavo Krause assinaram com o governo de Sergipe um protocolo de intenções objetivando o assentamento de sem-terra na área.

Se o protocolo for levado a termo, ressaltou José Alves, haverá "grande prejuízo e perda de oportunidade para a economia do estado, pois em nenhum lugar do mundo se faz reforma agrária e assentamento de colonos com vínculo de assistência social em projetos de irrigação de alta tecnologia".

Alcântara prega defesa da Amazônia

Senador pede medidas eficazes contra ação predatória de madeireiros e considera transposição das águas do São Francisco essencial para recuperação do Semi-Árido

Referindo-se ao Dia Mundial do Meio Ambiente, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) cobrou sexta-feira do governo a execução de medidas eficazes para salvar a Amazônia da ação dos madeireiros e para transportar parte das águas do rio São Francisco. Ele defendeu a recuperação desse rio, a construção de uma hidrovía e a transposição das águas hoje lançadas no mar como medidas essenciais para o atendimento dos estados do Semi-Árido - Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Ceará.

- O Semi-Árido está em marcha rumo à desertificação. Os

poucos recursos da área estão sendo dizimados porque, para sobreviver, as pessoas praticam uma agricultura primitiva e extraem a pouca madeira da região. Por isso, temos esperança na transferência das águas que o rio São Francisco lança no mar - justificou o senador.

Ele explicou que a medida não significará o agravamento das condições do rio, mas visará ao atendimento de uma situação de calamidade, que



Lúcio Alcântara

inclui matar a própria sede dos que habitam o Semi-Árido. Ele apelou para o espírito de solidariedade dos estados de Minas Gerais e Bahia a fim de que concordem com essa obra, e argumentou que a transposição de bacias hidrográficas é um projeto já realizado por países como a Rússia e os Estados Unidos, com excelentes resultados.

DIZIMAÇÃO

Lúcio Alcântara defendeu uma ação mais efetiva do governo na repressão à ação das madeiras asiáticas que estão extraído madeira da Amazô-

nia. Ele disse que não adianta o Brasil voltar-se para a modernização da economia e para a idéia da globalização, se permite a entrada desse capital destinado à dizimação da natureza, que ele classifica como "primitivo, bárbaro, colonial e lesivo aos interesses nacionais".

Afirmando que "a defesa do meio ambiente não pode ser apenas retórica", Alcântara referiu-se a esse dia "como uma oportunidade para começar a coibir efetivamente esse extrativismo desordenado".

Em aparte, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que o órgão que deveria estar aparelhado para essa ação fiscalizadora é o Ibama.

Emília: ricos são maiores responsáveis pela poluição

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) afirmou que a questão do meio ambiente não pode estar ausente da agenda de qualquer governante, nem ser tratada de forma desvinculada do debate econômico, das



Emília Fernandes

políticas de investimento industrial e dos projetos de desenvolvimento. Ela falou a propósito do Dia Mundial do

Meio Ambiente, transcorrido no dia 5, quinta-feira.

Na opinião da senadora, os problemas ambientais verificados no mundo de hoje, antes de serem de responsabilidade dos países pobres, resultam da ação predatória dos países ricos, por meio de testes atômicos, da pirataria biogenética, da comercializa-

ção de agrotóxicos e da transferência de indústrias e produtos poluentes para o Terceiro Mundo.

Emília Fernandes afirmou que, "com o objetivo de inserir o Brasil no esforço mundial de preservação da camada de ozônio", apresentou projeto que dispõe sobre a extinção gradativa da produção, comercialização e utilização do CFC (cloro-fluor-carbono) no país, excluídos os medicamentos que apresentem volume irrisó-

rio desse composto químico. A proposição já foi aprovada pelo Senado e, atualmente, tramita na Câmara dos Deputados, informou.

Lembrou a senadora que também apresentou substitutivo ao projeto que prevê o reflorestamento das áreas situadas ao longo das rodovias. Essa medida, conforme a senadora, contribuirá para a ampliação das áreas verdes e para a conscientização das populações urbanas.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, LÚCIO ALCÂNTARA, EPITÁCIO CAFETEIRA, BELLO PARGA E CARLOS PATROCÍNIO E PELA SENADORA EMÍLIA FERNANDES

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - Domingos Mourão Neto
Editores - Djálba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy
Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.